

Demonstrações Financeiras

Cemig Geração Camargos S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025	3
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	11
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	13
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	14
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	16
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	17
1. CONTEXTO OPERACIONAL	17
2. BASE DE PREPARAÇÃO	18
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	21
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	21
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES	21
6. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO	22
7. IMOBILIZADO	23
8. INTANGÍVEL	25
9. PROVISÕES.....	26
10. FORNECEDORES	27
11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	27
12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	28
13. RECEITA LÍQUIDA	29
14. CUSTOS E DESPESAS.....	31
15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	31
16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	32
17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	34
18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	36
PARECER DO CONSELHO FISCAL	41

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

A Cemig Geração Camargos S.A. (“Companhia” ou “Camargos”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A CEMIG GERAÇÃO CAMARGOS

A Cemig Geração Camargos S.A. é uma sociedade anônima que tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”). A Companhia tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, 9º andar, Ala B2 - Parte 1, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Camargos, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 era de R\$113.499 mil, subscrito e integralizado, dividido em 113.499.102 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

AMBIENTE REGULATÓRIO

No ano de 2025, a hidrologia verificada manteve-se em níveis significativamente abaixo da média histórica, aproximando-se das piores condições já observadas no período entre 1931 e 2024. A Energia Natural Afluente (ENA) ficou em 77% da média de longo termo (MLT) no Sistema Interligado Nacional (SIN), sendo que os submercados Sudeste (76% MLT), Sul (90% MLT), Nordeste (46% MLT) e Norte (73% MLT).

Para 2025 tivemos a recalibração dos parâmetros de risco dos modelos de precificação que saíram de um par 25/35 (25% das piores series com um peso de 35% na função objetivo) para um par 15/40 (15% das piores series com um peso de 40% na função objetivo), essa alteração faz com que o modelo fique mais averso ao risco elevando o custo de operação do sistema e assim o PLD (Preço da Liquidação das diferenças).

Já o armazenamento não apresentou destaques permanecendo em valores próximos a média do histórico e fechando o ano com 45% de armazenamento no SIN (10º Maior de 1999 a 2025).

O PLD de 2025 iniciou o ano com valores abaixo de R\$ 100/MWh refletindo as boas chuvas de dezembro e janeiro, contudo a partir de março o preço elevou para acima de R\$ 300/MWh, ao longo dos meses seguintes ficou oscilando entre 200 e 300

R\$/MWh. Na média do ano tivemos o sudeste com R\$ 223,46/MWh, Sul com R\$ 225,94/MWh, Nordeste com R\$ 176,61/MWh e Norte com R\$ 182,22/MWh. O GSF (Generation Scaling Factor) médio do ano ficou em 0,83, sendo o maior verificado em janeiro (1,13) e o menor em agosto (0,625).

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital (WACC)

Em 01 de março de 2026, a Aneel publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) dos segmentos de geração, transmissão e distribuição, aplicadas aos processos instruídos de março de 2026 a fevereiro de 2027. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às geradoras e usinas cotistas foi de 8,00% (7,91% em 2025).

INVESTIMENTOS NA OPERAÇÃO

Com a finalidade de manter a adequada funcionalidade e disponibilidade da usina, a Cemig Geração Camargos S.A., realiza os investimentos necessários para a manutenção dos processos e rotinas da usina, além de atendimento a requisitos legais ambientais e de segurança de barragens.

Através de técnicas de engenharia de confiabilidade, é realizado o diagnóstico de suas instalações com o objetivo de identificar os investimentos necessários para garantir a disponibilidade do ativo, redução dos riscos estrutural e funcional das barragens e às pessoas e equipamentos, e atendimento aos requisitos ambientais, regulatórios e obrigações legais.

Em 2025, a companhia investiu R\$2.448 mil, desse montante destaca-se a aquisição de resfriadores de gerador e cabos de aço.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia obteve um resultado de R\$41.983 mil em 2025, em comparação ao resultado de R\$44.139 mil em 2024, uma redução de 4,88% impactado, principalmente, pela redução da Receita Líquida e aumento dos custos operacionais.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização – LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais. Em 2025, o Lajida foi de R\$42.555 mil, comparativamente aos R\$45.297 mil em 2024. A margem do Lajida foi de 82,80% em 2025 e 85,47% em 2024, conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2025	2024	Var. %
Resultado líquido	41.983	44.139	(4,88)
Imposto de renda e contribuição social	2.634	2.415	9,07
Depreciação e amortização	515	491	4,89
Resultado financeiro	(2.577)	(1.748)	47,43
LAJIDA⁽¹⁾	42.555	45.297	(6,05)

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Receita Operacional

A Companhia é concessionária de geração de energia elétrica na Usina Hidrelétrica Camargos, conforme o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 11/2016 ME UHE Camargos, celebrado em 9 de junho de 2016.

O contrato de concessão com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL estabelece as condições de prestação do serviço de geração de energia elétrica. Em 2016, a previsão do contrato era de 100% da garantia física de energia e de potência da referida usina hidrelétrica em regime de alocação de cotas. Desde janeiro de 2017, cerca de 30% da garantia física de energia está sendo comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme previsão do contrato.

A Companhia tem duas receitas reconhecidas em suas demonstrações financeiras, conforme segue:

Fornecimento bruto de energia elétrica

A receita reconhecida no exercício de 2025 foi de R\$33.495 mil, em comparação a R\$35.940 mil em 2024.

A Companhia tem direito a uma Receita Anual de Geração RAG pela disponibilização da parcela de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica em regime de cotas, com pagamento em parcelas duodecimais, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. A Concessionária fatura mensalmente a RAG, cobrando das distribuidoras de energia elétrica o equivalente à sua respectiva participação na cota de garantia física e de potência alocada para o ano em que a cobrança está sendo efetuada. Desde janeiro de 2017, sua RAG foi reduzida em 30%, passando este percentual de energia a ser comercializado no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Atualização financeira da bonificação pela outorga

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago. Os valores registrados como receita, no montante de R\$24.251 mil em 2025 (R\$23.920 em 2024), referem-se à atualização pelo IPCA e juros remuneratórios incidentes sobre o valor da bonificação paga e serão aplicados durante o período de vigência da concessão.

Custos e despesas

Os custos e despesas operacionais foram de R\$9.358 mil em 2025 (R\$8.193 mil em 2024), representando um aumento de 14,06%. Essa variação deve-se, principalmente, pelo aumento nos custos de operação com serviço de terceiros e custos com materiais.

Resultado financeiro

O resultado financeiro em 2025 correspondeu a uma receita financeira líquida de R\$2.577, comparado a receita financeira líquida de R\$1.748 em 2024. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento da renda com aplicações financeiras.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2025, a Companhia apurou o montante de R\$2.634 mil referente a despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social, representando 5,90% em relação ao Resultado de R\$44.617 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, em 2024, a Companhia apurou o montante de R\$2.415 mil referente a despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social, representando 5,19% em relação ao Resultado de R\$46.554 mil antes dos efeitos fiscais.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a ser realizada em 2026 que, a seguinte proposta de destinação de resultado do exercício de 2025, no montante de R\$41.983 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.099 mil para constituição de reserva legal;
- R\$19.942 mil para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$19.942 mil para pagamento de dividendos adicionais propostos;

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2026, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 1.064/2023 da ANEEL).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

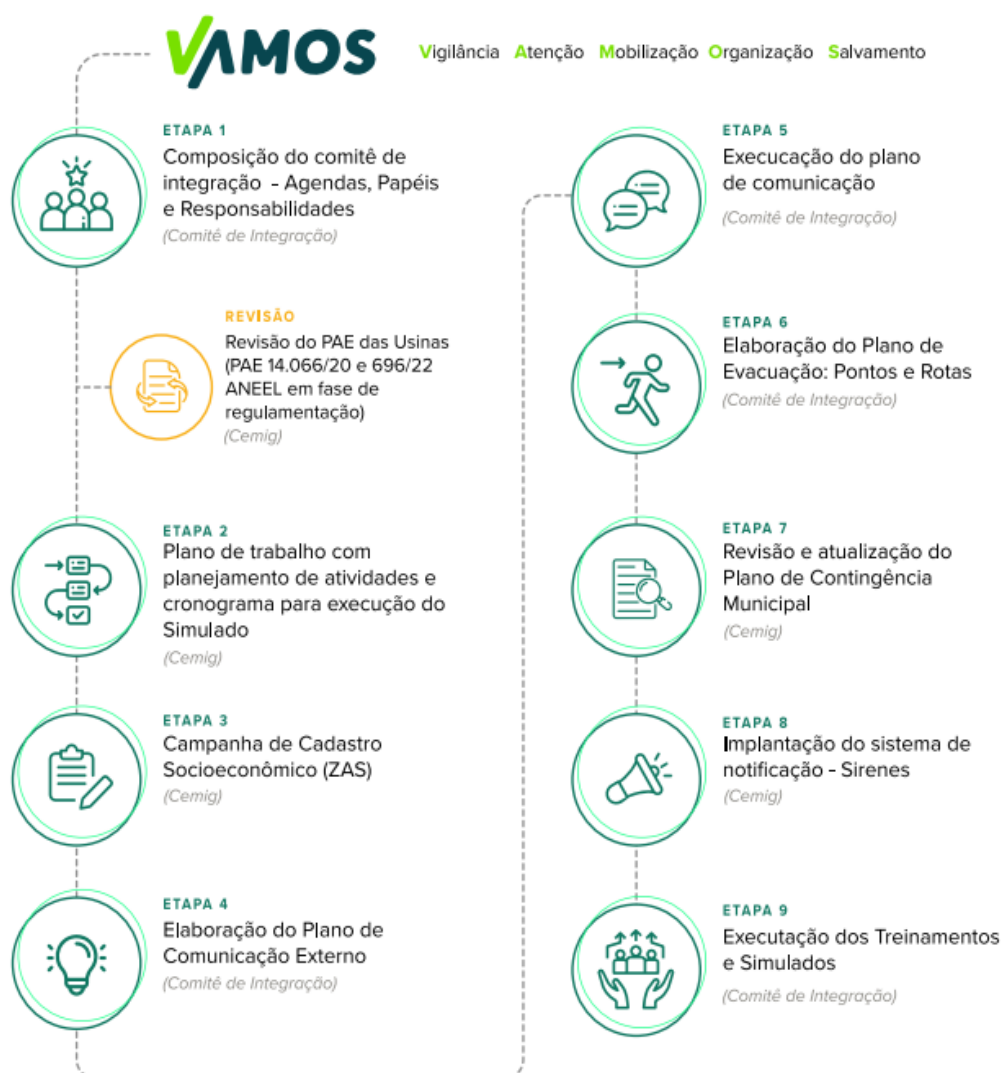
- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civas e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de

comunicação, também foram Classificação: Público protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2025, assim como ocorrido para as barragens da controladora, também para as controladas, e específico para a população afeta ao PAE das barragens, deu-se continuidade ao cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra pauta, agenda e metodologia específica e dedicada para integração dos PAEs das barragens aos PLANCONs- Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 16 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 17 barragens da CEMIG holding em 2022 (Barragens das UHEs Itutinga e Camargos constituem um único CI), o ano de 2025 se caracterizou pela continuidade da execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2025, foram executados:

- 04 Simulados de Evacuação com a população mapeada na ZAS para as barragens das UHEs: Emborcação, Irapé, Três Marias e Peti (em parceria com a VALE- Mina Brucutu), envolvendo 10 municípios envolvendo até 7.400 moradores das ZAS- Zona de Autossalvamento das barragens;
- 10 Relatórios de Treinamentos Simulados das PCHs: Cajuru, Tronqueiras, Poço Fundo, e das UHEs Salto Grande, Itutinga/Camargos e Peti.

Ainda em 2025, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, através de suas reuniões também foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos Hídricos e Segurança de Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

As reuniões ocorreram para as UHEs Nova Ponte, Cajuru, Peti, Três Marias, Queimado, Emborcação, Rosal e Irapé. Os eventos contaram com a participação de público de 386 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de Classificação: Público água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Civas Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs das barragens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Geração Camargos é grata a Cemig Geração e Transmissão, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Cemig Geração Camargos S.A.
Belo Horizonte - MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Geração Camargos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Camargos S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos

chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 11 de junho de 2026
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Samuel Alisson Epaminondas Cabral
Contador CRC GO-018421/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)
ATIVO

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.664	573
Títulos e valores mobiliários	4	554	1.201
Consumidores e revendedores	5	4.128	4.381
Tributos a recuperar		276	11
Ativo financeiro da concessão	6	18.771	17.892
Outros ativos		20	19
TOTAL DO CIRCULANTE		25.413	24.077
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	-	453
Tributos a recuperar		562	478
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		222	-
Ativo financeiro da concessão	6	144.406	140.333
Imobilizado	7	7.657	5.334
Intangível	8	8.132	8.424
Direito de uso		251	283
Outros ativos		57	63
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		161.287	155.368
ATIVO TOTAL		186.700	179.445

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)
PASSIVO

	Nota	2025	2024
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	4.925	3.193
Imposto de renda e contribuição social a recolher	16	675	306
Impostos, taxas e contribuições	11	580	630
Encargos regulatórios		644	275
Dividendos a pagar	12	19.942	20.965
Convênio de compartilhamento	17	299	241
Passivo de arrendamento		111	94
TOTAL DO CIRCULANTE		27.176	25.704
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	1.384	1.268
Impostos, taxas e contribuições	11	1.540	1.325
Encargos regulatórios		-	578
Passivo de arrendamento		168	214
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		3.092	3.385
TOTAL DO PASSIVO		30.268	29.089
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12		
Capital social		113.499	113.499
Reserva de lucros		42.933	36.857
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		156.432	150.356
PASSIVO TOTAL		186.700	179.445

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
RECEITA LÍQUIDA	13	51.398	52.999
CUSTOS	14		
Custos com energia elétrica		(475)	(944)
Custos de operação		(7.875)	(6.320)
		(8.350)	(7.264)
LUCRO BRUTO		43.048	45.735
DESPESAS	14		
Despesas gerais e administrativas		(48)	(50)
Outras despesas		(960)	(879)
		(1.008)	(929)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		42.040	44.806
Receitas financeiras	15	2.682	1.825
Despesas financeiras	15	(105)	(77)
		2.577	1.748
Resultado Antes dos Impostos sobre o Lucro		44.617	46.554
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(2.518)	(2.264)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	(116)	(151)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		41.983	44.139
Resultado básico e diluído por ação - R\$		0,37	0,39

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
RESULTADO DO EXERCÍCIO	41.983	44.139
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	41.983	44.139

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)**

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Retenção de Lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	113.499	13.683	20.532	-	147.714
Aprovação de dividendos adicionais propostos 2023	-	-	(20.532)	-	(20.532)
Resultado do Exercício	-	-	-	44.139	44.139
Destinação do Lucro Proposta à AGO:					
Reserva Legal		2.209	-	(2.209)	-
Dividendos Estatutários	-	-	-	(20.965)	(20.965)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	20.965	(20.965)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	113.499	15.892	20.965	-	150.356
Aprovação de dividendos adicionais propostos 2024	-	-	(15.965)	-	(15.965)
Resultado do Exercício	-	-	-	41.983	41.983
Destinação do Lucro Proposta à AGO:					
Reserva Legal		2.099	-	(2.099)	-
Dividendos Estatutários	-	-	-	(19.942)	(19.942)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	19.942	(19.942)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	113.499	17.991	24.942	-	156.432

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	41.983	44.139
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social (Nota 16)	2.634	2.415
Atualização monetária bonificação de outorga (Nota 6)	(24.251)	(23.920)
Depreciação e amortização (Nota 14)	420	407
Amortização do direito de uso (Nota 14)	95	84
Juros passivo de arrendamento (Nota 15)	23	24
PIS/PASEP e COFINS a serem restituídos a concessionárias (Nota 13)	-	(155)
Rendas de aplicações financeiras (Nota 15)	(2.582)	(1.772)
	18.322	21.222
(Aumento) redução de ativos		
Consumidores e revendedores (Nota 5)	253	142
Ativo financeiro da concessão (Nota 6)	19.299	18.415
Tributos recuperáveis	(571)	(457)
Outros ativos	3	94
	18.984	18.194
(Redução) aumento de passivos		
Fornecedores (Nota 10)	1.732	1.925
Impostos, taxas e contribuições (Nota 11)	165	307
Imposto de renda e contribuição social a pagar (Nota 16)	(377)	-
Encargos regulatórios	(210)	267
Convênio de compartilhamento (Nota 17)	58	(65)
Outros passivos	-	(105)
	1.368	2.329
Caixa gerado pelas atividades operacionais	38.674	41.745
Imposto renda e contribuição social pagos (Nota 16)	(1.772)	(2.805)
Juros recebidos (Nota 15)	2.579	1.754
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	39.481	40.694
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em títulos e valores mobiliários (Nota 4)	(30.160)	(42.315)
Resgates em títulos e valores mobiliários (Nota 4)	31.262	44.047
Imobilizado (Nota 7)	(2.448)	(2.391)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.346)	(659)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos (Nota 12)	(36.930)	(41.064)
Arrendamentos pagos	(114)	(76)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(37.044)	(41.140)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.091	(1.105)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	573	1.678
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	1.664	573
	1.091	(1.105)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração Camargos S.A. é uma sociedade anônima que tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”). A Companhia tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, 9º andar, Ala B2 - Parte 1, Bairro Santo Agostinho.

A Cemig Geração Camargos S.A. é concessionária de geração de energia elétrica, tendo recebido autorização por meio da Resolução Autorizativa Aneel nº 5.844/2016, formalizando a transferência da concessão da UHE Camargos da Cemig GT para a Cemig Geração Camargos S.A., mediante a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 11/2016 – MME, ocorrida em 09 de junho de 2016, data em que a empresa iniciou suas atividades operacionais.

A Companhia tem por objetivo a produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da UHE Camargos, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

A UHE Camargos possui 46 MW de potência instalada e 21,6 MW médios de Garantia Física (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes). Desde 2017, 70% da garantia física é destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo a Companhia remunerada em regime de Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência da UHE Camargos, por meio da Receita Anual de Geração – RAG, reajustada do período de 1 de julho de 2024 a 30 de junho de 2025, conforme Resolução Homologatória ANEEL 3.506, de 22/07/2023. Os 30% restantes da garantia física da Companhia são comercializados no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

Em 08 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.931, a ANEEL alterou o Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE que repactuaram o risco hidrológico. Para a UHE Camargos, o prazo de extensão foi o máximo permitido pela Lei nº 14.052/2020, que corresponde a 7 anos (2.555 dias), com novo fim da concessão estabelecido em 02/01/2053. Em 7 de outubro de 2022, foi assinado o segundo termo aditivo ao contrato de concessão da usina para constar a nova data de vigência da outorga.

A Cemig GT, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela Aneel, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido (ativo circulante menos passivo circulante) negativo de R\$1.765 (negativo de R\$1.627 em 31 de dezembro de 2024). O CCL está negativo devido à transação com partes relacionadas, o passivo de dividendos.

A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e avalia medidas para ajustar sua situação patrimonial conforme necessário. A Companhia tem um histórico de fluxo de caixa operacional positivo e lucratividade, conforme apresentado nas Demonstrações dos resultados e nas Demonstrações dos fluxos de caixa.

A Companhia estima que os saldos de caixa e o fluxo de caixa das atividades operacionais sejam suficientes para atender às necessidades de capital de giro, os investimentos e outras necessidades de caixa pelo menos para os próximos 12 meses.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Companhia acredita que suas operações têm capacidade de gerar recursos suficientes para continuar suas atividades no futuro previsível. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua continuidade operacional. Portanto, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC.

As informações contábeis relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Diretoria Executiva da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 11 de junho de 2026.

2.2. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelos seus valores de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado na nota explicativas nº 18.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 8 – Intangível (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 13– Receita líquida (reconhecimento do fornecimento não faturado);
- Nota 18 - Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos (mensuração dos valores justos).

2.5. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2025 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma e principais alterações	Início da vigência
CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1) – Tratamento contábil para transações com moedas não conversíveis As alterações buscam definir o conceito de quando uma moeda é trocável por outra e orientam sobre os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação nas transações que com moedas não conversíveis.	01/01/2025
As Demonstrações Financeiras da Companhia não foram impactadas por essa alteração.	
OCPC10 – Tratamento contábil para créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização A orientação trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados.	01/01/2025
A Companhia não possui transações com créditos de carbono de forma que suas Demonstrações Financeiras não foram impactadas por essa orientação.	

2.6 Normas emitidas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026

As normas e interpretações novas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 estão apresentadas na sequência. A Companhia irá adotá-las, se aplicável, e quando entrarem em vigor.

Norma e principais alterações	Início da vigência
CPC 48 e CPC 40 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros As alterações esclarecem como deve ser a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros com características de ESG e similares, além de incluir requisitos adicionais de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes, como por exemplo, vinculados a metas ESG.	01/01/2026
Demonstrações Financeiras não foram impactadas por essa orientação.	
CPC 48 e CPC 40 – Contratos referenciando a eletricidade dependente de condições naturais As alterações abrangem contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para esses contratos.	01/01/2026
Demonstrações Financeiras não foram impactadas por essa orientação.	
CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras Essa norma substitui o CPC 26 e introduz novos requisitos para apresentação da demonstração do resultado. As entidades deverão classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, além de apresentar, além da inclusão de subtotais obrigatórios como lucro operacional e lucro antes de financiamento e tributos. Também deverão ser divulgadas em nota explicativa específica as Medidas de Desempenho definidas pela Administração, além de outras alterações.	01/01/2027
A Companhia está no processo de avaliação dos impactos desses novos padrões, especialmente em relação à estrutura das Demonstrações dos Resultados e das divulgações das medidas de desempenho.	
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações A norma permitirá que determinadas entidades controladas optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação de outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível a entidade controlada não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora que prepare demonstrações financeiras em conformidade com as normas IFRS.	01/01/2027
A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.	

2.7 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	Indexador	Taxas médias a.a.%		2025	2024
		2025	2024		
Contas Bancárias				59	37
Aplicações financeiras					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	CDI	-	-	1.553	-
Overnight ⁽¹⁾	Pré-fixada	14,60% a 14,90%	11,91% a 12,15%	52	536
TOTAL				1.664	573

(1) Consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

Estão divulgados na nota explicativa nº 18 (i) a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros (ii) as práticas contábeis materiais.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Indexador	Taxas médias a.a.%		2025	2024
		2025	2024		
Circulante					
Letras Financeiras - Bancos	CDI	103,5% a 110,02%	104,2% a 112,0%	483	940
Letras Financeiras do Tesouro	Selic	15,11% a 15,12%	12,41% a 12,45%	64	243
Debêntures	TR+CDI	TR + 1% a 109,88% CDI	TR + 1% a 122,90% CDI	7	18
				554	1.201
Não Circulante					
Letras Financeiras - Bancos	CDI	103,5% a 110,02%	104,2% a 112,0%	-	453
				-	453
Total				554	1.654

As políticas contábeis e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 18.

A Companhia classifica de forma consistente o rendimento desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer		Total	
	Faturado	Não Faturado	2025	2024
Fornecimento Industrial		352	352	1.169
Suprimento a Outras Concessionárias	-	3.226	3.226	3.118
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	309	241	550	94
Total	309	3.819	4.128	4.381

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perda de créditos esperadas.

A exposição da Companhia ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 18.

Política contábil material

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

6. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

A movimentação do ativo financeiro é como segue:

	2025	2024
Saldo inicial	158.225	152.720
Recebimentos	(19.299)	(18.415)
Atualização Financeira da Bonificação pela Outorga	24.251	23.920
Saldo final	163.177	158.225
Circulante	18.771	17.892
Não Circulante	144.406	140.333

Política contábil material

Para as usinas da Companhia, cuja concessão foi obtida por meio de leilão realizado pela Aneel em 2015, o valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro, ao custo amortizado, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago atualizado pelo IPCA e remunerado pelos juros conforme contrato de concessão, durante o período de sua vigência.

Estimativas e julgamentos

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia considera, como premissa geral, tendências históricas relativas à probabilidade de inadimplência. Desse modo,

a Administração entende que o ativo financeiro da concessão não está sujeito a risco de crédito, uma vez que a Companhia possui assegurado, pelo Poder Concedente, o direito à venda de 70% da garantia física da usina, o que lhe confere um direito contratual incondicional ao recebimento de caixa ao longo do período da concessão, sem exposição a riscos de demanda, de mercado ou hidrológicos.

7. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação (%)	2025			2024		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço		3.881	(582)	3.299	3.026	(457)	2.569
Obras civis, benfeitorias e edificações	3,57	129	(20)	109	129	(15)	114
Máquinas e equipamentos	3,80	3.752	(562)	3.190	2.897	(442)	2.455
Em curso		4.358	-	4.358	2.765	-	2.765
Total		8.239	(582)	7.657	5.791	(457)	5.334

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2024	Adições (A) ⁽¹⁾	Transferências (B)	Adições líquidas = (A) + (B)	Valor bruto em 31/12/2025	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2025
Em serviço	3.026	-	855	855	3.881	(582)	3.299
Obras civis, benfeitorias e edificações	129	-	-	-	129	(20)	109
Máquinas e equipamentos	2.897	-	855	855	3.752	(562)	3.190
Em curso	2.765	2.448	(855)	1.593	4.358	-	4.358
Total	5.791	2.448	-	2.448	8.239	(582)	7.657

(1) O saldo referente à adição de R\$2.328 em máquinas e equipamentos e R\$120 em outros.

	Valor bruto em 31/12/2023	Adições (A) ⁽¹⁾	Transferências (B)	Adições líquidas = (A) + (B)	Valor bruto em 31/12/2024	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2024
Em serviço	3.005		21	21	3.026	(457)	2.569
Obras civis, benfeitorias e edificações	129		-	-	129	(15)	114
Máquinas e equipamentos	2.876		21	21	2.897	(442)	2.455
					-	-	-
Em curso	395	2.391	(21)	2.370	2.765	-	2.765
Total	5.334	2.391	-	2.391	5.791	(457)	5.334

(1) O saldo referente à adição de R\$ 1.723 em máquinas e equipamentos e R\$668 em outros.

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e não identificou indícios de perda do valor recuperável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, com exceção dos ativos que possuem vida útil superior a data de término da concessão, uma vez que estes ativos, desde que pertencentes ao projeto original, não serão indenizados ao término da concessão. Em 31 de dezembro de 2025, a taxa média de depreciação do exercício foi de 3,69% (3,76% em 2024).

Política contábil material

Os ativos imobilizados da Companhia são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Estimativas e julgamentos

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidade Geradora de Caixa (UGC) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido de despesas de venda.

8. INTANGÍVEL

	Taxas anuais médias de amortização %	2025			2024		
		Bruto	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Bruto	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Em serviço		9.459	(1.327)	8.132	9.459	(1.035)	8.424
Ativos da Concessão - GSF	3,13%	9.459	(1.327)	8.132	9.459	(1.035)	8.424
TOTAL		9.459	(1.327)	8.132	9.459	(1.035)	8.424

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições	Baixas	Valor Bruto em 31/12/2025	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2025
Em Serviço						
Ativos da Concessão - GSF	9.459	-	-	9.459	(1.327)	8.132
Total	9.459	-	-	9.459	(1.327)	8.132

	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições	Baixas	Valor Bruto em 31/12/2024	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2024
Em Serviço						
Ativos da Concessão - GSF	9.459	-	-	9.459	(1.035)	8.424
Total	9.459	-	-	9.459	(1.035)	8.424

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais, baseando-se em premissas internas da Companhia, em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em anos	Novo fim da concessão
Cemig Geração Camargos	9.459	05/01/2046	7	03/01/2053

Política contábil material

Compreendem aos ativos referentes ao direito da extensão da outorga. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na Demonstração do Resultado como “Outras despesas, líquidas”.

Estimativas e julgamentos

Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, houve a repactuação do risco hidrológico estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

O procedimento adotado pela Aneel para essa compensação foi a extensão dos prazos de outorga dessas usinas. Assim, foi reconhecido pela Companhia, um ativo intangível que representa esse direito de extensão das concessões.

No reconhecimento inicial, o valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado individualmente por usina, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais em relação aos valores futuros.

A vida útil dos ativos que compõem o ativo imobilizado e o intangível foi ajustada para o novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado. Assim, a amortização é realizada pelo método linear até o final do novo prazo de concessão.

Redução ao valor recuperável

Para os ativos de vida útil definida, existindo indicativos de perda no valor recuperável, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

9. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui ação de natureza patrimonial, que discute a reintegração de posse de áreas destinadas à construção do reservatório da UHE Camargos, no montante de R\$16 (R\$14 em 31 de dezembro de 2024), cuja contingência de perda é possível. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025 não há processos cuja expectativa de perda seja provável. Os saldos são baseados na avaliação dos assessores legais da companhia.

Política contábil material

Os valores das provisões são reconhecidos nas despesas operacionais. Os processos relevantes que possuem depósitos judiciais em garantia são provisionados com base no valor atualizado do saldo do depósito realizado somente quando estes representarem a provável saída de caixa para liquidar a obrigação e nenhuma outra saída de caixa for exigida.

10. FORNECEDORES

	2025	2024
Suprimento de energia	-	26
Materiais e serviços	4.925	3.167
Total	4.925	3.193

A exposição da Companhia ao risco de liquidez está apresentada na nota explicativa nº 18.

Política contábil material

Os valores das provisões são reconhecidos somente nas despesas operacionais. Os processos relevantes que possuem depósitos judiciais em garantia são provisionados com base no valor atualizado do saldo do depósito realizado somente quando estes representarem a provável saída de caixa para liquidar a obrigação e nenhuma outra saída de caixa for exigida.

11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2025	2024
Circulante		
ICMS	114	288
COFINS	156	168
INSS	273	127
Outros	37	47
	580	630
Não circulante		
COFINS	1.266	1.089
PASEP	274	236
	1.540	1.325
TOTAL	2.120	1.955

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Capital Social da Companhia é de R\$113.499, subscrito e integralizado, dividido em 113.499.102 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas assembleias gerais. As ações preferenciais não conferem direito a voto a seu titular, sendo a elas assegurada a prioridade no reembolso do valor das ações subscritas e integralizadas, no caso de dissolução da Companhia ou distribuição de dividendos.

b) Reservas

A composição da conta Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Lucros	2025	2024
Reserva Legal	17.991	15.892
Reserva de Retenção de lucros	5.000	-
Proposta de distribuição de Dividendo Adicionais	19.942	20.965
TOTAL	42.933	36.857

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$2.099 de Reserva Legal em 31 de dezembro 2025, correspondendo a 5,00% do lucro líquido do exercício ajustado conforme previsto na legislação (R\$2.209 em 2024).

c) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício, ajustado conforme a Lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou Juros sobre Capital Próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme a seguir:

	2025	2024
Dividendos Obrigatórios		
Resultado do Exercício	41.983	44.139
Reserva Legal Constituída	(2.099)	(2.209)
Dividendos Obrigatórios	19.942	20.965
	19.942	20.965
Dividendos Declarados		
Dividendos Obrigatórios	19.942	20.965
Dividendos Adicionais Propostos	19.942	20.965
Total dos Dividendos	39.884	41.930

d) Destinação do Resultado – Proposta da Administração

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2026 que, a seguinte proposta de destinação de resultado do exercício de 2025, no montante de R\$41.983, seja dada a seguinte destinação:

- R\$2.099 para constituição de reserva legal;
- R\$19.942 para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$19.942 para pagamento de dividendos adicionais propostos.

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2026, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

e) Movimentação dos dividendos

Saldo em 31 de dezembro de 2024	20.965
Proposta de dividendos adicionais ref. 2024	15.965
Pagamento de dividendos adicionais ref. 2024	(36.930)
Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2025	19.942
Saldo em 31 de dezembro de 2025	19.942

13. RECEITA LÍQUIDA

	2025	2024
Fornecimento Industrial	13.948	17.626
Fornecimento não Faturado Industrial	512	1.181
Transações com Energia na CCEE	1.654	508
Suprimento Cotas - Geração Própria	37.908	36.155
Suprimento não Faturado Cotas - Geração Própria	(1.228)	(1.270)
Realização Ativo Financeiro da Bonificação pela Outorga	(19.299)	(18.415)
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	-	155
Fornecimento bruto de energia elétrica	33.495	35.940
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga (a)	24.251	23.920
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (b)	(6.348)	(6.861)
Receita líquida	51.398	52.999

(a) Receita de atualização da bonificação pela outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão de geração do lote D do Leilão 12/2015, conforme descrito na nota explicativa nº 6. Em linha com a OCPC 05 – Contratos de Concessão, essa parcela de remuneração financeira da bonificação pela outorga está vinculada ao modelo de negócio constituído, distinguindo-se de uma indenização a ser recebida ao término da concessão, e, portanto, integra a receita operacional.

(b) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	2025	2024
Tributos		
ICMS	2.546	3.197
COFINS	1.656	1.695
PIS-PASEP	359	367
	4.561	5.259
Encargos		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	130	133
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	186	189
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	93	95
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	188	144
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	1.134	984
CDE sobre P&D	56	57
	1.787	1.602
Total	6.348	6.861

Política contábil material

De forma geral, para os negócios da Companhia, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho.

A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Abaixo as práticas contábeis materiais atreladas às receitas da Companhia.

Fornecimento bruto de energia elétrica

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado.

Estimativas e julgamentos

A Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

14. CUSTOS E DESPESAS

A composição dos custos e despesas da Companhia é conforme segue:

a) Custos com energia elétrica

	2025	2024
Energia elétrica comprada para revenda ⁽¹⁾	150	633
Encargos de uso da rede básica de distribuição ⁽²⁾	325	311
Total	475	944

(1) Em 2024, Camargos teve mais exposições no balanço de energia, ficando com mais déficits liquidados ao PLD. O efeito está sendo contabilizado como compra na CCEE para repor estas exposições.

(2) Encargos de distribuição referem-se a encargos devidos pela conexão das instalações da Companhia à distribuidora de sua área de concessão, que se destinam a cobrir os custos incorridos com o projeto, a construção, a instalação de equipamentos, a operação e a manutenção do sistema de distribuição, definidos de acordo com a regulamentação da Aneel.

b) Custos e despesas

	Custos de Operação		Despesas gerais e administrativas e Outras despesas		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Pessoal	505	693	44	50	549	743
Materiais	637	183	-	-	637	183
Serviços de terceiros (c)	6.211	4.932	881	814	7.092	5.746
Depreciação	515	491	-	-	515	491
Outros custos/despesas	7	21	83	65	90	86
TOTAL	7.875	6.320	1.008	929	8.883	7.249

c) Serviços de terceiros

	2025	2024
Convênio de compartilhamento – O&M	3.904	3.163
Manutenção, Conservação e Instalação	1.131	887
Meio Ambiente	1.138	823
Conservação e Limpeza de Prédios	421	385
Vigilância	242	210
Tecnologia da Informação	175	151
Auditoria Externa	38	36
Outros	43	91
TOTAL	7.092	5.746

15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2025	2024
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação Financeira	2.592	1.776
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	-	16
Variações monetárias – Restituição a concessionárias	52	-
Outras	38	33
	2.682	1.825
Despesas Financeiras		
Outras Variações monetárias	(81)	(49)
Juros Passivo de Arrendamento	(23)	(24)
Outras	(1)	(4)
	(105)	(77)
RESULTADO FINANCEIRO	2.577	1.748

Política contábil material

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias e outros passivos financeiros.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2025	2024
Circulante		
Imposto de Renda	349	153
Contribuição Social	326	153
TOTAL	675	306

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2025	2024
Não Circulante		
Imposto de Renda	865	839
Contribuição Social	519	429
TOTAL	1.384	1.268

c) Imposto de renda e contribuição social

	2025	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	53.312	53.312
ICMS ST	(95)	(95)
	53.217	53.217
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Financeira sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	2.600	2.600
Outras Receitas Financeiras	59	59
Base de Cálculo - Lucro Presumido	6.916	9.045
Alíquotas	15%	9%
IR e CS – Lucro Presumido	1.037	813
Adicional (10% sobre valor superior a R\$ 240)	668	-
IR e CS – Lucro Presumido	1.705	813
Rendas de aplicações	2.592	2.592
Rendas Aplicações resgatadas	2.600	2.600

	2025	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Rendas de aplicações não resgatadas	(8)	(8)
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferimento Rendas	(2)	(1)
Receita por competência diferida	4.435	4.435
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	355	532
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferido receita por competência	89	48
Ajuste ECF	7	2
Amortização custos GSF	(296)	(296)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	(24)	(36)
Alíquota	25%	9%
Total	(6)	(3)
Corrente	1.705	813
Diferido	74	42

	2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	54.245	54.245
ICMS ST	(98)	(98)
	54.147	54.147
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Financeira sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	1.798	1.798
Outras Receitas Financeiras	26	26
Base de cálculo Lucro Presumido	6.156	8.322
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	923	749
Adicional (10% sobre valor superior a R\$ 240)	592	-
IR e CS - Lucro Presumido	1.515	749
Rendas Aplicações não resgatadas	(23)	(23)
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferimento Rendas	(6)	(2)
Receita por competência diferida	5.460	5.460
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	352	528
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferido, receita por competência	88	59
Amortização custos GSF	(296)	(296)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	(24)	(24)
Alíquota	25%	9%
Total	(6)	(3)
Corrente	1.515	749
Diferido	97	54

Política contábil material

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

Em conformidade ao ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia não possui valores relacionados à incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Operações com energia elétrica

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Cemig Distribuição	2	246	-	-	3.100	2.924	(2)	(2)

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Encargos

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Encargos de distribuição								
Cemig Distribuição	-	-	-	26	-	-	(325)	(311)

Os encargos de distribuição referem-se a encargos devidos pela conexão das instalações da Companhia à distribuidora de sua área de concessão, que se destinam a cobrir os custos incorridos com o projeto, a construção, a instalação de equipamentos, a operação e a manutenção do sistema de distribuição, definidos de acordo com a regulamentação da Aneel.

Convênio de compartilhamento

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Infraestrutura e recursos humanos								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	133	-	-	(728)	(311)
Cemig SIM	-	-	-	108	-	-	-	(479)
Operação e manutenção								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	3.386	772	-	-	(3.550)	(3.517)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento de operação e manutenção entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

Dividendos

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Cemig Geração e Transmissão	-	-	19.942	20.965	-	-	-	-

A Diretoria Executiva aprovou a declaração de Dividendos no total de R\$19.942. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 12.

FIC Pampulha

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Circulante								
Caixa e equivalentes	51	535	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	553	1.200	-	-	9	21	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	453	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são demonstrados na tabela abaixo:

	2025	2024
Remuneração	34	37
Participação nos resultados	14	12
Previdência privada	2	4
Total	50	53

A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2025		2024	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado					
Consumidores e Revendedores		4.128	4.128	4.381	4.381
Títulos e Valores Mobiliários		208	208	-	-
Ativos financeiros da Concessão		163.177	163.177	158.225	158.225
		167.513	167.513	162.606	162.606
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	1.605	1.605	536	536
Títulos e Valores Mobiliários					
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	275	275	1.393	1.393
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	64	64	243	243
Debêntures	2	7	7	18	18
		1.951	1.951	2.190	2.190
		169.464	169.464	164.796	164.796
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		(4.925)	(4.925)	(3.193)	(3.193)
Passivo de Arrendamento		(279)	(279)	(308)	(308)
		(5.204)	(5.204)	(3.501)	(3.501)

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em política de aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento para empresas do Grupo Cemig, de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores e arrendamentos, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3	De 3 meses	De 1 a 5	Mais de 5	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	4.925	-	-	-	-	4.925
Passivo de Arrendamento	10	10	106	148	98	372
TOTAL	4.935	10	106	148	98	5.297

Risco de crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia é produzida pela Usina de Camargos. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios da usina, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

Política contábil material

Os instrumentos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia;

- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros;
- ativos financeiros da concessão relacionados à bonificação de outorga dos contratos de geração de energia;

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;
- arrendamentos;

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

* * * * *

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Andrea Marques de Almeida
Diretora

Luiza de Almeida Pereira Lopes
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador – CRC- MG – 121.569/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig Geração Camargos S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2025, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2026.

Belo Horizonte, 11 de setembro de 2026.

Nelson Tamiatti, Conselheiro Fiscal

Weverton Vilas Boas de Castro, Conselheiro Fiscal

João Alan Haddad, Conselheiro Fiscal